



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º. 1/2012

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DOZE. -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário a Senhora Ana Rita Lopes Inácio e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 5 de Dezembro de 2011, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º. 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três – Pedido de autorização para o Município integrar a Associação do Centro Integrado de Educação em Ciências (CIEC); -----

-----Ponto Quatro – Apreciação e aprovação das Delimitações e Estratégia de Reabilitação Urbana da Zona Baixa de Tancos e Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto Cinco – Pedido de Declaração de Utilidade Pública Municipal da Obra de Drenagem da Zona Industrial de Atalaia; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----Manuel da Costa; -----
-----José Maria Chambel Esteves; -----
-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----
-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----
-----Inocência Rodrigues Cruz; -----
-----Adriano Milho Cordeiro; -----
-----António Maria Constantino; -----
-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----
-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----
-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----
-----António da Silva Pereira; -----
-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----
-----Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; -----
-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----
-----João Filipe Ricardo; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

----- **De seguida tomou posse o Deputado Municipal Manuel da Costa substituindo o Senhor Deputado Municipal Paulo Fernando da Graça Constantino que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS. ---**

----- **EXPEDIENTE** -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

-----**/////**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta da Praia do Ribatejo por motivos de saúde não pode estar presente na sessão da Assembleia e que reunido o executivo da Junta ninguém se disponibilizou para o substituir na sessão. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo enviou um ofício à Assembleia Municipal apresentando a justificação pela não disponibilidade do executivo da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, do qual foi lido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal; **(vide anexo 2)** -----

-De igual modo, o Senhor **Presidente da Assembleia** informou que será marcada falta e comunicar-se-à à Junta de Freguesia, pois no seu ponto de vista a Junta de Freguesia tem de estar representada por um membro do executivo; -----

- Após questionar os Senhores Deputados, nenhum se opôs a que se fosse reencaminhado para a Câmara Municipal para esclarecimento dos pontos referenciados no mesmo; -----

----- **ACTA** -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 5, da reunião de 16 de Dezembro de 2011, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para se pronunciar sobre a acta inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que a acta distorce várias afirmações feitas por si na última sessão da Assembleia e não apresentada algumas respostas e que sendo assim não votará favorável. O facto de serem tantas as alterações e anomalias nem as apresentará; -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** mencionou que em relação às AEC'S não afirmou que tem funcionado de forma positiva mas sim questionou. De igual modo, também não está mencionado na acta que questionou de como são feitos os concursos da AEC's com a empresa Hobbyvida do qual o Senhor Presidente explicou que não tinham concorrido outras empresas, daí ser a empresa Hobbyvida; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** referiu que numa das suas intervenções está omitido o mau estado de conservação da estrada do Cemitério; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 5/2011 da reunião realizada a 16 de Dezembro de 2011. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 5 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Valter Caldeira, Paulo Tavares, António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP e Inocêncio Cruz do PS, efectuar as alterações à acta propostas pelos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira e Valter Caldeira;** -----

-----/----/-----

Deseguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados que apresentaram as seguintes declarações: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** apresentou uma declaração política; **(vide anexo 3)** -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma declaração política cujo tema “Destruição do emprego e aumento do desemprego intensificou-se com este Governo em 2011 Portugal perdeu 37.108 milhões de euros de riqueza devido ao desemprego”; **(vide anexo 4)** -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** apresentou um Moção sobre “a liquidação de 1/3 das freguesias”; **(vide anexo 5)** -----

Posta a votação a sua admissibilidade, esta foi aprovada por unanimidade, tendo-se inscrito para discussão os seguintes deputados: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** referiu que não percebeu quase nada do que se leu, mas no entanto ouviu de vez enquanto algumas palavras que o chocaram, tais como pacto de agressão às medidas de austeridade que no seu entender são necessárias para ultrapassar as dificuldades em que o país vive. Informou que o seu voto será contra; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** informou que os pontos mencionados na Moção, foram decisões aprovados numa reunião do Conselho Directivo da ANAFRE realizada a 15 de Fevereiro de 2012 e do qual solicitou que as Assembleias Municipais se pronunciassem e solidarizassem com as referidas decisões; -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório** sobre a Moção expôs o seguinte: -----

- Que concorda com alguns pontos, pois algo tem de ser feito no que se refere às freguesias, mas a maneira como o documento verde foi apresentado é um vazio pois encontrava-se com falhas assim como a proposta de Lei nº44/XII.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Enquanto não for efectivado alguma parte do Governo é permaturo andar-se a discutir esta situação, pois a qualquer altura pode-se dar alterações tal como aconteceu com o documento verde; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referindo-se à intervenção do Senhor Deputado António Pereira mencionou que também não percebeu muito bem a que Europa se referia na sua declaração, se à Europa do Centro se à Europa do Norte, ou uma Europa desnorteada. Questionou o Senhor Deputado António Pereira se o nível de confessionalismo do país se traduzirá directamente no nível de desenvolvimento; -----

- Em relação à Moção referiu que se se falou em pacto de agressão é porque não salvaguarda a soberania do país. A CDU defende que se o problema foi feito cá dentro a solução também tem de estar cá dentro pois tudo o que é imposto por fora é de facto um pacto de agressão; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** em resposta à intervenção do Deputado Ricardo Honório, referiu que não será depois das coisas estarem aprovadas que vão ser discutidas e se nesta altura há uma proposta de Lei é a altura exacta para se dicutir não é quando o diploma estiver aprovado; -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório** justificou-se dizendo que ainda vai haver discussão da proposta de Lei 44/XII mas quando houver critérios mais adequados, não tão vagos como os que há. Salientou que a decisão deve passar sempre pelas Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia e não só pelo Governo, pois são estas que representam as populações; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** sugeriu que se deveria marcar uma sessão da Assembleia só para discussão deste ponto, pois estas coisas não funcionam com moções, pois estas são enviadas, são vistas e não passa disso. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se está disponível para a marcação de uma sessão para discussão deste mesmo ponto; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: -----

-Referiu que relativamente a este tema qualquer posição que se tome deve ser tomada após a clarificação legal. Houve o documento verde que teve duas versões e que no portal do Governo não fez referência as alterações que existiram. A proposta que está neste momento na Assembleia da República já pouco tem a ver com o referido livro e é provável que o que venha a ser aprovado possa vir a ser diferente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Informou que neste momento é solicitado às Assembleias Municipais para se pronunciarem num prazo de 90 dias, pelo que em Abril é altura ideal para se analisar e ser tratada numa Assembleia Ordinária, tendo em conta a sua consequência, senão caso contrário dever-se-á fazer uma Assembleia específica para se tratar este assunto; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** referiu que as Moções existem para os membros se pronunciarem, utilizando a expressão “caem elas em saco roto ou não”, por isso é que são tomadas de decisões. Referiu que não acredita que aquele documento verde que saiu e foi alterado, não tenha sido alterado por pressões que tenham havido. Questionou o que é que a ANAFRE fez quando tomou aquela posição, sabendo que ainda não estava nada estipulado. Referiu que é da opinião que as coisas tem de ser reorganizadas, mas de forma correcta e não como se está a fazer, pois deixa muito a desejar. Saliu que é agora que se deve ir impondo alguma opinião sob pena de se chegar ao fim e não haver oportunidade de se debater o assunto. De igual modo, referiu que concorda com a posição da ANAFRE transportada para a Moção da CDU e do qual votará favoravelmente; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que o que interessa é o conteúdo das Moções e não o que se está a discutir. Est projecto de proposta de Lei deve ser discutida pois são apresentadas questões graves. Referiu que até há algumas situações que para quem está no poder nesta altura jogará com elas, por outro lado, mencionou que o que está em causa é o isolamento das pessoas, tal como disseram os Presidentes de Junta de Tancos, Moita do Norte e Vila Nova da Barquinha na última sessão da Assembleia. O que se pede com esta Moção é que haja um mínimo de coerência e a discussão poderá ser feita quando o assim desejarem, pois estará disponível; -----

Posta à votação a Moção esta foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, Valter Caldeira e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP e 2 abstenções dos Senhores Deputados Ricardo Honório e José Chambel Esteves do PS; -----

----- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade. Como não houve inscrições por parte dos Senhores Múnicipes, passou-se ao Período Antes da Ordem do Dia; -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para a intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** mencionou a alínea c), do nº1 do artigo 38º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro com o intuito de questionar se a Lei está a ser cumprida, uma vez que o Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia está representado na Assembleia Municipal por um substituto, Senhor Júlio Barata e depois assistir às sessões no público; -----

- Entregou à mesa da Assembleia uma cópia do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2009, onde consta o número de habitantes de 2006 até 2009; **(vide anexo 6)** -----

- De igual modo entregou cópia da acta da sessão da Assembleia de Dezembro de 2005 cujo assunto é a Estrada de Vale Seixo; **(vide anexo 7)** -----

- Relativamente à Estrada do Vale Seixo questionou para quando a sua conclusão uma vez que após passar pela mesma reparou que tanto de um lado como de outro existe pavimento em mau estado e existência de lomba. Ainda em relação à Estrada de Vale Seixo questionou qual o valor total da empreitada; -----

- Felicitou a Junta de Freguesia de Tancos pela iluminação de Natal; -----

- Referiu o aumento do tarifário do fornecimento de água e serviços; -----

Relativamente á rua detrás do Cemitério da Moita do Norte referiu que após a colocação de 3 postes de iluminação foi colocado mais 1 poste, o que já falta pouco para a rua ficar toda iluminada; -----

Quanto ao Centro de Negócios questionou quantos são os lotes vendidos, comprometidos e quantos disponíveis; -----

- Salientou diversos assuntos, entre os quais: -----

- Em 20 de Fevereiro fez 14 anos que foi inaugurada a Extensão de Saúde da Atalaia e que também nesta data foi assinado o contrato do Plano Pormenor do Vale da Loura que continua sem avançar desde então. De igual modo, nesta data foi quando a Câmara Municipal passou a ter um segundo Vereador a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo inteiro. Ainda nesta data já se falava na nova base alternativa à Portela, a Base Área nº3; -----

- Em relação ao Centro de Negócios do qual sempre foi contra a existência da Empresa Municipal, referiu que continua tudo na mesma, sendo as mesmas empresas sedeadas as instaladas inicialmente; -----

- Questionou se a Musealização do Castelo de Almourol vai ter início no corrente ano; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** referiu os dois grandes temas trazidos à Sessão da Assembleia Municipal, pelos Senhores Deputados António Pereira e Carlos Timóteo, sendo eles temas duros e encorajadores, cada um na sua perspectiva. Mencionou que a posição da cultura Judaica Cristã na vida está cada vez mais a perder-se e é importante que para aqueles que crêem que permaneça e se afirme. A Cultura Judaica Cristã tem subjacente a justiça social e é aí que entra os números aglutinantes e devastadores do desemprego. Referiu que cada vez mais e tendo cá a TROIKA ou não têm de se pensar seriamente nestes pontos, quer na sua dimensão quer no seu espaço. Salientou que a cultura Judaica Cristã não pode “tapar os olhos” à duralidade dura cristã e tem de cada vez mais de lutar contra ela, os cristãos têm de cada vez mais de afirmar os seus valores; -----

Deseguida solicitou resposta aos seguintes temas: -----

- Se a Repartição de Finanças vai sair de Vila Nova da Barquinha e juntar-se ao Entroncamento ficando um funcionário na Loja do Cidadão, assim como se a Caixa Geral de Depósitos também irá fechar; -----

- Por último se este ano se vai realizar as festas do concelho e se sim para quando são; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** relativamente à declaração Política não falará uma vez que se trata de uma reflexão e as reflexões valem o que valem; -

Deseguida prestou uma homenagem ao Rotary Club pelo apoio que esta tem dado todos os meses à Cáritas de Vila Nova da Barquinha, nas mais diversas áreas, no serviço de apoio a 30 famílias de todo o concelho, pois sem ele a Cáritas de Vila Nova da Barquinha não conseguia chegar às populações mais necessitadas, salientando que se trata de uma associação fora do concelho; ---

= O Senhor Deputado **José Chambel** presicindiu do seu tempo de intervenção;

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou qual o ponto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação da dívida da Câmara à Rodoviária Tejo relativamente aos transportes escolares; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- **Actas da Sessão da Assembleia**, referiu que à muito que não lê uma acta da Assembleia Municipal, respeita a autonomia da Assembleia Municipal e que em certa altura deu a sua opinião pois o documento apresentado não é uma acta, é uma espécie de diário, e muitas actas que tem consultado de outros Municípios só fazem referência a quem interviu nos pontos e as deliberações; -

- **Estrada de Vale Seixo**, e ao extracto da acta apresentado pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira referiu se era um caso assim tão grave de 5 mil contos porque não o interpolou durante estes anos todos para que fosse resolvido. Informou que a obra não está concluída porque os fundos comunitários também não estão concluídos e o encerramento da obra em termos físicos e financeiros pode pôr em causa o referido financiamento. Mencionou que é um problema que também se está a passar na estrada da Capela na Atalaia; -----

- **Centro de Negócios**, informou que os Lotes vendidos com escritura feita são os Lotes 1, 2, 20, 26, 34, 38, 39, 47, 52 e 24 e com contrato de promessa e venda são os lotes 31, 32 e 41; -----

- **Finanças**, o que é sabido é que há um plano de reestruturação das Finanças em termos nacionais e que tem implicações na Repartição de Finanças de Vila Nova da Barquinha. Informou que 2 vezes contactou o Director Regional de Finanças, actualmente Autoridade Tributária, aquando a preparação da Loja do Cidadão e o que informaram é que não estavam interessados porque tinham instalações próprias. Salientou que seria de pouco planeamento se passado relativamente pouco tempo não houver uma integração de alguns serviços das Finanças na Loja do Cidadão; -----

- **Agência da Caixa Geral de Depósitos**, referiu não faz qualquer sentido e não está em cima da mesa a proposta para que a mesma feche; -----

- **Festas do Concelho**, haverá concerteza algumas actividades no fim de semana de 09 e 10 de Junho, o que se vai chamar e em que termos vão ser só durante o mês de Março será decidido, pois poderá ter um formato diferente tendo em conta os financiamentos; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Rodoviária Tejo, Transportes Escolares**, informou que a Câmara teve a oportunidade de tomar uma posição e informou que se deve à Rodoviária como se deve a outras entidades. No seu entender pareceu um pouco desajustado pelo facto de ser uma entidade que se diz credora de um valor de 10 milhões de euros das Autarquias e sendo a Câmara devedora de um saldo de 25 mil euros. Salientou que neste momento o assunto está resolvido e tudo decorre na normalidade, salientando que não houve transtorno nos transportes escolares; -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados referiram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que esperava que o Senhor Presidente da Câmara em vez de fazer as afirmações que fez à acta que dissesse que as actas não correspondem ao que é dito nas sessões da Assembleia, como se comprova no documento que entregou sobre a acta de Dezembro de 2005 e demonstrou a sua admiração pelo facto de o Senhor Presidente não ler as actas; -----

- Em relação ao Centro de Negócios é muito natural que o Senhor Presidente diga o que interessa e não o que é real e neste momento a crise serve para tudo. Mencionou um artigo na revista Barquinha Viva de 25 de Janeiro de 2006 sobre a criação de postos de trabalho e as empresas a sediar no referido espaço. Só tem pena que esta notícia contradiz a intervenção do Senhor Presidente. Salientou que aquilo que diz tenta manter pois não fez nenhum pacto com o erro e quando erra assume a responsabilidade do erro; -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** mencionou em relação às actas que estas devem ser um retrato e não se vai inibir de fazer os comentários quando as suas intervenções não estiverem de acordo com o que disse. Salientou que as actas estão no site e muitas vezes as pessoas consultam para saber os assuntos que são tratados e gostam que as coisas sejam questionadas pelos representantes que se encontram na Assembleia Municipal; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para referir que as actas das sessões da Assembleia são enviadas antecipadamente para serem analisadas pelos senhores deputados e se for caso disso apresentarem as rectificações que julgarem pertinentes pelo que não pode aceitar a crítica do senhor deputado Eduardo Oliveira. Informou que na sua opinião as actas não devem ser sintéticas pois são documentos históricos que vão ficar. Solicitou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez mais que as rectificações fossem entregues com antecedência; -----

= O Senhor Deputado **Júlio Barata**, representante da Junta de Freguesia da Atalaia, em relação à intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira informou que na primeira reunião do executivo da Junta, foi deliberado que o Senhor Presidente da Junta, Nuno Gameiro, seria substituído pelo Senhor Júlio Barata, segundo o nº2, do artigo 28º da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;--

-----/---/-----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que se fez pelo período de 10 minutos. -----

-----/---/-----

Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 8)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** questionou o Senhor Presidente a que dificuldades financeiras do Município se refere relativamente à construção da Escola D. Maria II e até quando esta situação se vai prolongar; -----

- Que remodelação que vai ser feita no Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** solicitou esclarecimentos nas seguintes questões: -----

- Acerca dos valores a receber da empreitada da Escola D. Maria II; -----

- A que estudo se refere o acompanhamento técnico do desenvolvimento do arruamento envolvente ao Centro Escolar e Escola D. Maria II; -----

- A que se refere os 30Km de extensão de estrada contempladas no Protocolo celebrado com a Escola Prática de Engenharia; -----

- A que se refere o processo nº 235097/11.6YIPRT – J. C. Bartolomeu; -----

- Se a multa da Inspeção Geral do Ambiente, dividida em 4, já foi paga alguma prestação; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Em relação à situação financeira referiu que não se justifica a situação actual; -----
- Qual o ponto de situação da Musealização do Castelo de Almourol uma vez que nada consta na informação escrita; -----
- De igual modo, nada consta na informação sobre pequenas obras executadas no concelho e na sua opinião são sempre importantes estarem mencionadas; -
- Entregou na mesa da Assembleia um documento com fotografias – **(vide anexo 9)** onde constam algumas situações que poderão ser mudadas, tais como, afixação de publicidade nos abrigos de autocarros e na zona dos taxis na freguesia da Moita do Norte está uma placa de sinalização do mesmo, em frente a uma janela de uma moradia; -----
- = O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** em nome da bancada da CDU informou que continua com a posição que a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara deva ser lida, pois as pessoas que estão a assistir têm o direito a ouvi-la e saber do que se está a tratar; -----
- Questionou a que se refere os 30Km de extensão de estrada contempladas no Protocolo celebrado com a Escola Prática de Engenharia; -----
- Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----**
- **Escola D. Maria II**, é uma situação que o preocupa bastante, esta está em funcionamento desde Setembro com todos os problemas que existiram, pois a 2 meses do início das aulas teve-se de fazer um novo contrato. Informou que havia um protocolo assinado com o Governo que garantia um valor de transferência de 3 milhões e meio de euros mas que após o recebimento do valor de 1 milhão de euro a verba parou de ser transferida e no entanto a obra não parou. Referiu que a obra foi remetida para uma candidatura a fundos comunitários, candidatura essa que ainda não está concluída ou está na fase de pagamentos. Informou que teve a informação que o 1º pedido de pagamento no valor de 3,6 milhões de euros já estava aprovado pela CCDR de Coimbra. Salientou que tem esperança que a próxima informação escrita a ser apresentada na sessão da Assembleia Municipal possa iniciar-se com a referência aos pagamentos desta obra; -----
- **Remodelação do Centro Cultural**, é uma obra que está inserida no âmbito da Regeneração do Mercado das Artes e que consiste em transformar o espaço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da secretaria da Divisão Municipal de Desenvolvimento Social em Loja e Posto de Turismo. Esta transformação vai implicar a que a actual Galeria de Exposições do Centro Cultural passe a ser a secretaria da referida Divisão. Haverá também uma modificação de todo espaço de entrada que confina com o Parque Ribeirinho; -----

- **Estudo relativo à estrada envolvente Centro Escolar / Escola D. Maria II**, foi feito um estudo prévio de acordo com o que eram as propostas consideradas em termos de planos pormenor e algumas propostas rodoviárias. Este estudo tem a ver essencialmente com a concentração de trânsito junto ao Centro Escolar nas horas de maior afluência, às 09h00 e às 17h30m. Este estudo que consiste no prolongamento da via até à estrada do Pedregoso. Salientou que se trata ainda de um estudo prévio desenvolvido nos serviços, não havendo para já mais desenvolvimento; -----

- **Protocolo EPE**, trata-se de uma intervenção em caminhos municipais, em vias de terra batida, algumas delas importantes no combate a fogos florestais que compreendem várias freguesias desde Moita do Norte, Tancos e Praia do Ribatejo. Neste momento está a ser intervencionado em Tancos e prevê-se que durante o mês de Março passe para a Praia do Ribatejo. Referiu que a maioria delas são de terra batida com a excepção do prolongamento da Rua dos Tanquinhos, em Tancos, que se encontra uma parte alcatroada e outra em terra; -----

- **Processo Judicial nº235097/11.6YIPRT – J. C. Bartolomeu**, inicialmente foi tratada pelos serviços pois era essencialmente uma injunção e não necessitava naquela fase de patrocínio judiciário. Este processo diz respeito a juros referente a uma dívida, dívida essa que se encontra liquidada e que foi afectado à Câmara através do contrato de factoring quando deveria ser só juros de mora. Salientou que a acção foi suspensa e resolvida sem acção judicial; -----

- **Multa da Inspeção Geral do Ambiente**, informou de não saber ao certo valor já liquidado; -----

- **Musealização do Castelo de Almourol**, é um projecto candidatado no âmbito do PROVER, Mercados do Tejo, considerado um projecto âncora, do qual ainda não há contrato de financiamento, no entanto há boas expectativas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que venha a existir. Se a situação do país não se agravar irá ser um projecto estruturante que não se deverá deixar cair; -----

Ponto Três – Pedido de autorização para o Município integrar a Associação do Centro Integrado de Educação em Ciências (CIEC). -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; -----

Referiu que está em fase de conclusão o Centro Integrado de Educação em Ciências que é um projecto único em Portugal onde no mesmo espaço confina uma escola de 1º ciclo e um espaço de divulgação da ciência o qual se insere numa lógica da valorização do ensino experimental. Este espaço de ciência interage com 2 realidades distintas, a realidade educativa e não só para 1º ciclo, embora nesse âmbito tenha maior expressão. Informou que há um laboratório que foi desenhado de raiz e que possivelmente poderá servir de modelo pela Direcção Geral de Educação, uma outra realidade é ligar esta componente à Comunidade. Informou uma vez mais, que tendo a autorização da Assembleia Municipal a Câmara formalizará os convites para integrar esta associação e o que está pensado como sócios fundadores será a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas, a Universidade de Aveiro, alguns parceiros privados, tais como o BES ou até a própria Ciência Viva. Saliu que se o Ministério da Educação vier a fazer parte desta associação o contributo que se pedirá em sede de contrato programa é que disponibilize recursos humanos; -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem inscreveram-se os seguintes Deputados: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** mencionou que é um projecto de grande utilidade para o concelho. Referiu que este ponto deveria ser desdobrado em 2, um para a integração na Associação outro para aprovação dos estatutos; -----

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que a Assembleia Municipal só tem de aprovar a integração na Associação. Os estatutos foram entregues como anexos só para conhecimento; -----

= Dada a palavra novamente ao Senhor Deputado **António Pereira** fez uns pequenos reparos em relação aos estatutos. Referiu que não explica porque seguiu a natureza de uma associação privada. No artigo 4º porque é que é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parceria com o BES e não com a Caixa Geral de Depósitos. Em que termos é que o Ministério da Educação é integrado na Associação. Em relação aos Recursos Humanos mencionou que há uma omissão com o aparecimento um director executivo; -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Agrupamento de Escolas é desde logo o representante do Ministério da Educação, agora se há outra entidade como a Direcção Geral de Educação a acompanhar mais de perto isso irá ser analisado pelo próprio Ministério da Educação; -----

= O Senhor Deputado **João Filpe Ricardo** questionou que sendo uma associação privada, se os associados não podem ser também em nome individual. Questionou se caso não tenha o voto do associado Município de Vila Nova da Barquinha não entra para parceiro da associação segundo mencionado número 3 e 4 do artigo 4º (***“Por deliberação da assembleia geral, sob proposta de um (...) novos associados. A deliberação referida no número anterior (...) associado MVNB”***). Relativamente ao Conselho Fiscal, no número 2, do artigo 22º (***“Um dos membros do conselho fiscal poderá ser, preferencialmente, revisor oficial de contas ou técnico oficial de contas”***) questionou se o português está correcto uma vez que se diz “preferencialmente” não há a necessidade de estar o “poderá”; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** mencionou alguns artigos tais como: -----

- O número 2, do artigo 1º (***“O Centro tem a sua sede na freguesia e concelho de Vila Nova da Barquinha, distrito de Santarém”***) referente à sede deve estar mencionado Freguesia de Moita do Norte uma vez que o Centro Escolar se situa na Freguesia de Moita do Norte. -----

- Questionou se a Assembleia Geral só reúne uma vez por ano quando deveria reunir pelo menos 2 vezes. (***“A Assembleia Geral reúne ordinariamente até ao dia 31 de Março de cada ano para discutir e votar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal relativos ao exercício do ano anterior.”***). -----

De igual modo, questionou a quem compete coordenar o Centro se é ao Director Executivo então de quem dependerá este, segundo o artigo 7º (***“Constituem os órgãos sociais do Centro a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal”***) e o artigo 18º (***“Ao director executivo compete***

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especialmente coordenar a actividade do Centro.”) -----

Em relação ao nº1, do artigo 17º (**“A direcção é composta por três ou por cinco membros, sendo um deles o presidente.”**) por quantos membros é afinal composta a direcção. -----

- Outra questão é se a direcção da Associação reúne só 2 vezes por ano. Por último referiu que a sua maior preocupação é os custos que esta associação poderá ter para o Município e quais são as vantagens concretas do Município em se integrar nesta Associação; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** mencionou que é de acordo com este tipo de associações só acha que o clube está muito fechado e questionou se não poderão entrar pessoas singulares, que na sua opinião é um pouco preocupante pois neste caso o direito de veto é importante para manter uma certa coesão, mas por outro pode levar a alguns extremos. Questionou se o BES ou outra instituição bancária não entrar onde é que se vai buscar o dinheiro para se manter a associação, já que não está a ver o Município a suportar os custos sozinho. Salientou que votará favoravelmente à criação da associação pelo princípio, não pelos estatutos que deixam muito a desejar. Referiu que no artigo 9º (**“A Assembleia Geral é dirigida por uma mesa composta por um presidente e um secretário”**) terão de acrescentar mais um secretário ou um vogal, uma vez que tem de ser número impar; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** referiu que como membro na área da educação por vezes tem um certo receio de falar nestes assuntos dado que é funcionário do Ministério da Educação. Referiu que a Câmara Municipal idializou, projectou a escola, do qual tem integrado o CIEC, concorda mas tem receio com o futuro. Referiu o facto de muitas destas obras serem executadas com fundos comunitários e que passados alguns anos detecta-se falta de manutenção e algum desleixo do seu funcionamento, mas o facto de estar junto a uma escola no seu ver isso não acontecerá. Solicitou à Câmara que gostaria de ver um projecto de intervenção quer na área pedagógica quer na área do funcionamento e questionou quais são os custos para a Câmara Municipal e se não se estará a criar mais uma despesa para o Município e se mais tarde não terá problemas de financiamento. Por último, referiu que se está a fazer este trabalho para criar um posto de trabalho para algum “amigo”, ficará decepcionado; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----/-----
Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs o prolongamento da sessão da Assembleia até esgotar a ordem de trabalhos, considerando que são 24 horas. Foi aprovado por unanimidade. -----

-----/-----
= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou se é sempre necessário ter o voto favorável do Município do qual mencionou o número 1 do artigo 14º (*“As deliberações, salvo os casos exceptuados na lei (...) quando recaírem sobre alguma das seguintes matérias (...)”*); -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

Referiu que há determinadas matérias que terão de ser votadas com o voto favorável da Câmara ou não passam. Saliou que se trata de uma Associação que se localiza num espaço que é um investimento da Câmara Municipal que representa cerca de 22% de todo o investimento. Foi a Câmara que produziu todos os conteúdos do próprio centro, que projectou e executou o laboratório, daí haver uma parte de liderança e comando por parte da Câmara Municipal, pois não tinha lógica todos os parceiros estarem em igualdade. -----

Mencionou que a deliberação da Assembleia é a aprovação da integração na Associação, mas para se perceber que tipo de associação se pretende criar anexou-se o modelo dos estatutos para que a deliberação possa ser mais consciente. -----

Em relação aos estatutos e às questões colocadas pelos Senhores Deputados não está mencionado que a Assembleia reúne uma vez por ano, diz é que uma das vezes é até 31 de Março para aprovação das contas, tal como a direcção pelo menos 2 vezes tem de reunir. Relativamente aos 3 membros que a lei obriga a fazer parte da Assembleia Geral, um deles será presidente e outro secretário. Saliou que o CIEC é um caso único porque é o primeiro Centro de Ciência que tem ligação com a educação e o que se pretende em ter a Universidade de Aveiro como parceiro é que vá monitorizar / acompanhar esta experiência. As crianças desde o 1º ciclo vão ter trabalho de laboratório de duas horas e meia. Informou que neste momento existe uma professora que acompanha todas as outras que ajuda a defenir o que semanalmente as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crianças fazem nas áreas das ciências e assim valoriza-se o português e a matemática. Este é um projecto que vai depender muito dos Recursos Humanos, do Agrupamento de Escolas e há uma parte que deixa de estar sob a alçada directamente da Câmara Municipal. Referiu que a ideia é que aos Sábados e Domingo à tarde esteja aberto para a comunidade. Em relação à Direcção Geral de Educação referiu que há um grande empenho de esta direcção acompanhar o projecto. Caso o Ministério da Educação através do Contrato Programa se comprometer com um ou dois professores, representam muito para a Câmara, outro caso é a Universidade de Aveiro se responsabilizar por enviar alunos durante o mestrado para acompanhar a experiência é uma mais valia para o Centro e para as crianças que participaram no projecto. Informou que o CIEC foi visitado por pessoas do BES na altura em que estava a Professora da Universidade de Aveiro no laboratório a explicar todas as valências e que foi a própria professora a dizer que tendo um filho num externato não tem a possibilidade de ter esta valência que os alunos do Centro Escolar vão ter. Por outro lado, informou que há neste momento uma professora a fazer o mestrado na Universidade de Aveiro cujo trabalho é reunir semanalmente com todas as professoras e defender o que elas vão fazer em termos do ensino experimental.-----

- Por último referiu que as vantagens da Associação é tentar vincular alguns sócios não apenas com contributo inicial mas sim pelo período de 4 anos para que haja uma estabilidade, caso contrário os custos serão todos da Câmara; --

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que o CIEC tem uma das funções de ser ensino complementar para as crianças o que é na sua opinião extremamente importante. Questionou se preve só as ciências humanas ou também as ciências exactas, é que tendo só um laboratório trata só as ciências exactas, onde se inserirão as outras; -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que o próprio projecto educativo tem de reflectir determinadas metas e com base nessas metas vê-se quais as estratégicas a adoptar nas várias áreas que abrange. Este projecto específico diferencia-se no sentido que valoriza o trabalho do ensino experimental, trabalho que está a ser efectuado pela professora atrás referida; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para questionar novamente se vai trabalhar as ciências humanas e as ciências exactas; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação aos estatutos sugeriu que se alterasse de Município de Vila Nova da Barquinha para Câmara Municipal se não cada vez que seja preciso aprovar alguma coisa terá de vir à Assembleia para aprovação; -----

= O senhor Deputado **Inocência Cruz** referiu que o artigo 5º da proposta está mencionado que só trata as ciências exactas, experimental e tecnológica; -----

Em relação ao Centro de Ciência Viva é de acordo, é inovador, que não vá cair e vá ser complementado. A criação da Associação é uma forma de a Câmara ir buscar financiamento. Questionou caso não haja as mecenas como é que a Câmara vai fazer. Por último informou o executivo camarário que com o Governo actual não haverá grande apoio do Ministério da Educação; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** elogiou o executivo camarário e o mandato do Senhor Presidente pois concorda com a criação do Centro de Ciência Viva, com o Mercado das Artes apesar de toda a polémica com os gastos. Referiu que no Mercado das Artes há investimentos que podem criar um pilar fundamental para o concelho, como as artes plásticas, a escultura mas gostava que pudesse haver um intrusar de várias áreas com a área educacional, como o Castelo de Almourol, o Rio, a ciência; -----

Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização para o Município integrar a Associação do Centro Integrado de Educação em Ciências (CIEC), esta foi aprovada por maioria 1 abstenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira do PPD/PSD.CDS-PP e 18 votos a favor dos Senhores Deputados António Pereira, Valter Caldeira e Paulo Tavares do PPD/PSD.CDS-PP, Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU e Rui Picciochi, Rita Inácio, João Gralha, Manuel da Costa, Inocência Cruz, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Milho Cordeiro, José Chambel, Manuel Cardoso, Paulo Lopes, Júlio Barata, António Constantino do PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Quatro – Apreciação e aprovação das Delimitações e estratégia da Reabilitação Urbana da Zona Baixa de Tancos e Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que foi um assunto que já esteve na Assembleia Municipal à 3 anos atrás, mas devido às alterações legislativas entretanto existentes vem novamente à Assembleia no sentido de se manter em vigor e do ponto de vista legal manter as áreas de Reabilitação Urbana. Consiste em fazê-las coincidir com o que foi e estão legalmente existentes, os Planos de Salvaguarda de Vila Nova da Barquinha e Tancos. Referiu que trata-se essencialmente de a Câmara ter uma janela de oportunidade, de ter o trabalho efectuado caso haja a possibilidade de financiamento e assim avançar-se com o projecto. Mencionou o programa Jessica que irá beneficiar as áreas de reabilitação urbana; -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que exposeram o seguinte: ----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que votará favoravelmente mas no entanto tem algumas questões que gostava que fossem esclarecidas; --

- Qual a razão do parecer do Instituto da Habitação só referenciar Tancos e não também Vila Nova da Barquinha. -----

- Em relação à estratégia de reabilitação feita pela Câmara Municipal diz que tem uma área aproximadamente de 40 km², 7650 habitantes e que contradiz com os censos de 2011 que refere 7330 habitantes; -----

- Em relação à recuperação tem algumas dúvidas principalmente aos programas que se possa concorrer e espera que haja alguma hipótese de as pessoas serem apoiadas, mas nos tempos que correm tem cada vez mais dúvidas; -----

- Por último referiu que no Orçamento da Câmara para o PROHABITA a Câmara só tem 10€ (dez euros); -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** informou que relativamente ao parecer do Instituto de Habitação, houve um lapso dos serviços, pois pensaram que era repetido, mas de qualquer maneira os pareceres são iguais para Vila Nova da Barquinha e para Tancos; -----

= O Senhor Deputado **Adriano Figueiredo** salientou que em relação à área de Reabilitação da Zona Baixa de Tancos deveria haver uma correcção no que diz respeito à área geográfica do Castelo de Almourol, pois este situa-se na área geográfica da Praia do Ribatejo e não de Tancos; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** referiu que está um trabalho bem feito mas o documento apresentando está nos livros, o pior vai ser fazê-lo, pois vai

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser muito difícil reabilitar; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que Tancos e Vila Nova da Barquinha não são a mesma coisa, são realidades distintas. A reabilitação feita tanto em Tancos como em Vila Nova da Barquinha têm aspectos positivos mas de qualquer das maneiras estes documentos que estão no papel por vezese são complicados passar para a prática. Salientou que o documento apresentado, está correcto, é um passo em frente na medida em que Tancos tem uma série de espaços que precisam ainda de ser reabilitados. Informou que não votarão contra mas sim abster na medida em que são matérias que têm algum receio e dúvidas; -----

= O senhor Deputado **Paulo Tavares** referiu que concorda com estes planos, embora já tenha havido em tempos planos semelhantes e concretização nada. Salientou que para estes planos terem sucesso tem de haver o cariz económico no sentido de quem faz a intervenção ter ganhos e neste momento com a crise que temos é difícil. Mencionou que para este plano ter sucesso bastava a que as taxas de juro tivessem a 1% mas Eribor em cima aí certamente os proprietários iriam aproveitar. Referiu que pode haver muitos incentivos mas as pessoas quando fazem as intervenções querem ganhar dinheiro com elas e neste momento recuperar casas antigas é mau negócio, pois vai-se para o Entroncamento e encontra-se andares novos mais baratos; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** referiu que o que está aqui em causa é um plano de trabalho para quando houver oportunidade avançar mas comparar Entroncamento com a zona histórica de Vila Nova da Barquinha e Tancos é um pouco forçado. Referiu que em tempos já houve outros programas e os particulares não avançaram com a recuperação, mas o que é importante é que o trabalho exista. Questionou qual a possibilidade da Câmara ser um catalizador de alguns proprietários, fazer uma obra em conjunto mas ser liderada pela Câmara; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** interviu novamente para referir que nunca os imóveis tiveram tão baratos e ninguém os compra e muitas das vezes as pessoas não compram imóveis em zonas degradadas porque não querem viver nesses sítios; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara explicou aos Senhores Deputados o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que há pequenos resultados em função das Áreas de Reabilitação Urbana que passam a ter efeitos práticos como por exemplo a redução do IVA numa recuperação. Enquanto a outra área de Reabilitação Urbana esteve em funcionamento do ponto de vista legal houve alguns casos em que os proprietários tiveram o IVA reduzido. Mencionou que no orçamento estão 10€ para o PROHABITA mas não está mencionado o que a Câmara propõem deixar de receber caso a pessoa faça a recuperação, o que representa uma mais valia. Mencionou que se está a passar um momento que a nível da construção civil é quase uma desagregação, pois há gente neste momento com uma enorme experiência em Portugal com carreira feita e diz que a última alternativa é ir para a Austrália. Salientou que na área da reabilitação é um pouco como no 1º ciclo, os resultados não são no momento, referindo que a estratégia apresentada está para 5 anos, eventualmente renováveis. Referiu que de há 20 anos para cá muita coisa mudou e o que estava nos planos de selva-guarda de Vila Nova da Barquinha e Tancos mudou significativamente actualmente. Mencionou que uma estratégia de reabilitação urbana é uma estratégia de corrida de fundo e a Câmara pode ser um catalizador caso apareçam os instrumentos que possibilitem. Por outro lado, fazia todo o sentido de a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo criar um fundo de investimento imobiliário em que houvesse contributos em espécie e em valor. Em espécie os imóveis degradados que as Autarquias têm do qual eram acrescentados fundos como por exemplo o fundo Jessica. Referiu que o fundo Jessica para a região seria possível às pessoas transformarem o seu património numa participação financeira, ou seja o bem é avaliado e com o capital do fundo, é recuperado e é colocado no mercado, passou a valer um valor mais alto e o particular vai ter o direito de preferência, ou paga o valor entre a avaliação e o investimento feito ou não podendo é resarcido da diferença; -----

Tendo sido colocada à votação as Delimitações e Estratégia de Reabilitação Urbana da Zona Baixa de Tancos e Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por maioria com 2 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Manuel Gralha, Manuel da Costa, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constantino, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS e Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira, Valter Caldeira e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP; -----

----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

Ponto Cinco – Pedido de declaração de Utilidade Pública Municipal da Obra de Drenagem da Zona Industrial de Atalaia. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

Trata-se do sistema de Drenagem da Zona Industrial da Atalaia que atravessa algumas linhas da REN e RAN nomeadamente da ligação do Parque Empresarial ao Sistema de Drenagem da Atalaia do qual é necessária a Declaração de Utilidade Pública, solicitada pelas Águas do Centro. Referiu que não é nenhum assunto polémico daí ter solicitado a urgência na inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos para que as obras não se atrasassem; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** questionou se a linha de água existente na Zona Industrial tem qualidade e se a própria água é aproveitada; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou se a obra também é extensiva à Atalaia ou se é só para a Zona Industrial. Obteve como resposta que só tem a ver unicamente com o saneamento para a Zona Industrial. Sendo assim, referiu que há uma reendivicação na Atalaia, mais propriamente no Casal dos Vitais que não têm saneamento e questionou se não poderia haver agora o aproveitamento para fazer a referida ligação, pois tinha-se falado que com a criação do Galaxy Park fazia-se a referida ligação mas devido ao facto do empreendimento estar parado, o referido Casal ainda não tem saneamento; ---

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que se podia aproveitar a altura para fazer a referida ligação, pois com as novas tecnologias já existe pequenas estações elevatórias pré fabricadas que poderiam resolver a situação e ligar a referida conduta; -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou do seguinte: ----

Mencionou que a solução inicial do saneamento e com o empreendimento Galaxy Park era uma nova Etar. No actual contexto e com o actual desenvolvimento a melhor solução para já é a ligação deste espaço empresarial à rede de saneamento já existente e é o que vai ser feito. Uma vez construída esta ligação em princípio será possível fazer a ligação do Casal dos Vitais ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adutor que no local passará. Informou que neste momento não existe projecto de execução para tal; -----

Deseguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado expôs o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** mencionou que está a ficar preocupado pois não sabe se o Senhor Presidente não está a pensar mandar ligar o saneamento ao cruzamento do Cardal. É o que os esgotos vêm da Atalaia e vão ter à passagem de nível do Cardal; -----

Tendo sido colocada à votação o Pedido de declaração de Utilidade Pública Municipal da Obra de Drenagem da Zona Industrial de Atalaia, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Manuel Gralha, Manuel da Costa, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António Constantino, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS e Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira, Valter Caldeira e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP e João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU; -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

- Anexo n°1 Lista de Expediente.
- Anexo n°2 Ofício enviado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, Manuel João Silva, pela não disponibilidade do executivo da Junta na sessão da Assembleia Municipal.
- Anexo n°3 Declaração Política apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Pereira.
- Anexo n°4 Declaração Política apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo.
- Anexo n°5 Moção apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Timóteo sobre a “liquidação de 1/3 das Freguesias”.
- Anexo n°6 Documento entregue pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira sobre o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2009;
- Anexo n°7 Cópia da acta da sessão da Assembleia de Dezembro de 2005, entregue pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira sobre a Estrada de Vale Seixo;
- Anexo n°8 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.
- Anexo n°9 Documento com fotografias apresentado pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL